

## TRIBULAÇÕES DE UM INTELLECTUAL EM FORMAÇÃO: OLIVEIRA VIANNA REVISTO

PEDRO CAZES

(resenha de BITTENCOURT, Andre Veiga. *O Brasil e suas diferenças – uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil*. Hucitec, 2013)

Inovações metodológicas, ampla pesquisa empírico-documental, revisão das interpretações canônicas. Com todos esses elementos fortes, o livro *O Brasil e suas diferenças – uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil*, de Andre Bittencourt, traz enorme contribuição tanto para os estudos sobre o pensamento de Oliveira Vianna, quanto para o campo de estudos do pensamento social brasileiro em geral. Afinal, trata-se do resultado de uma pesquisa de longo prazo, realizada a muitas mãos nos arquivos da Casa de Oliveira Vianna, em Niterói (RJ), envolvendo um grupo de pesquisadores orientados pelo professor André Botelho (UFRJ). Acervo ainda pouco explorado pela fortuna crítica do sociólogo fluminense, os documentos, cartas, rascunhos e artigos de imprensa ganham visibilidade a partir de uma perspectiva que busca realizar uma leitura *genética* do livro de estreia de Vianna no cenário intelectual brasileiro: *Populações Meridionais do Brasil – populações rurais do Centro-Sul* (1920)<sup>1</sup>. A pesquisa de Bittencourt permite ao leitor um verdadeiro mergulho não só no livro de 1920, que vem sendo destacado como obra privilegiada para compreender a sociologia política de Oliveira Vianna (BOTELHO, 2007), mas no longo processo de sua elaboração e publicação, acompanhando assim as fases, ainda obscuras para a maior parte da crítica, de um Oliveira Vianna pré-*Populações*.

Para tal, Bittencourt inspira-se, sem vícios ou filiações rígidas, na perspectiva conhecida no âmbito dos estudos

<sup>1</sup> A partir de agora nos referimos ao livro como “PMB-1”.

literários como “crítica genética”. Essa abordagem parte de uma valorização de documentos primários que permitam realizar uma leitura em *processo* de uma obra, questionando o estatuto estável ou fechado normalmente a ela associado. Porém, mais do que fazer uma “biografia do livro” (à la Darnton) ou uma ontologia dos “rascunhos” (onde residiria a “verdade” em estado bruto), Bittencourt parece perseguir esse caminho como uma estratégia de pesquisa a partir da qual traz-se para o primeiro plano o conjunto de *tensões* constitutivas do pensamento de Vianna, acompanhando suas modulações, alterações e combinações através e por dentro de seus textos. Buscando uma compreensão renovada da obra de Oliveira Vianna, esse tipo de (des)construção visaria “destacar dimensões analíticas que a um só tempo complexifiquem o estudo de temas tradicionais de sua obra e permitam novas leituras de aspectos menos explorados pela fortuna crítica” (p. 18). Ou seja, o objeto aqui são as ideias de Vianna, e não o “suporte” do livro em si mesmo.

Assim, o trabalho genético se abre para uma densa contextualização, que permite contingenciar a leitura de *PMB I*, explorando sua intervenção e recepção no debate intelectual dos anos 1920, reconstituindo-o através das vicissitudes da construção e da publicação do livro. Portanto, vemos no trabalho de Bittencourt uma feliz realização da proposta de articulação entre procedimentos “textualistas” e “contextualistas” nos estudos de pensamento social. Mais especificamente, o aproveitamento dos materiais primários (cartas, rascunhos, marginálias, etc) levantados depende da capacidade de traçar as relações do autor em seu contexto, e por outro lado, sua inserção no debate intelectual de seu tempo nos fornece novos ângulos para uma visada renovada da construção de seus argumentos e propostas de intervenção.

A questão que organiza a leitura/reconstrução de *PMB-I* e do contexto intelectual é o tema da “questão regional”, tal como ela vai se configurando no pensamento de Vianna e no

debate intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil. Questão que não só atravessa, mas organiza o projeto de Oliveira Vianna de estudar a formação do Brasil pelas suas diferenças regionais, se transmutava, então, no problema da “fragmentação” que ameaçava continuamente o país, e que se colocava na ordem do dia para os intelectuais envolvidos na construção do Estado-nação. A publicação e a recepção positiva do livro na década de 1920, reconstituídas no capítulo I de *O Brasil e suas diferenças*, apontam para a identidade cognitiva que surgia então, envolvida em grandes expectativas, em torno da jovem sociologia, para qual Oliveira Vianna surgia quase como um “mestre fundador”, e seu livro como a “obra inaugural”. O lugar da “questão regional” no interior do projeto de *Populações* permite indicar como a sociologia se apresentava então com os recursos necessários para explicar esse país fraturado, de formação problemática<sup>2</sup>. Mas de qual sociologia se tratava?

Complexificando as sugestões de Carvalho (2004), Bittencourt persegue o papel da Escola de Le Play<sup>3</sup> na conformação do tipo de abordagem sociológica realizada por Vianna em *PMB-I*. Parte importante da visada um tanto “materialista” da abordagem de Vianna, como veremos mais à frente, tanto a valorização das heterogeneidades das formações sociais, como a ideia de construir tipos regionais a partir do privilégio das variáveis “meio” e “regime de trabalho” – donde a caracterização do “matuto”, do “sertanejo” e do “gaúcho” – mas também a própria leitura do “mundo rural” apontam para essa “influência” de autores como Demolins, Tourville, Rousiers e o próprio Le Play. Ou seja, desdobrando tal relação para além do aspecto metodológico, Bittencourt articula a influência desses autores franceses na interpretação substantiva da sociedade brasileira, descortinando novas dimensões desse diálogo subterrâneo entre as planícies francesas e a baixada fluminense.

Utilizando uma imagem sugerida pela professora Elide Rugai Bastos em seu prefácio, podemos dizer que o livro de

<sup>2</sup> De alguma forma, a ideia de fragmentação não funciona apenas como elemento do contexto histórico, mas reaparece na própria fatura interna da obra de Oliveira Vianna, no seu projeto grandioso de interpretar o Brasil a partir de suas diferenças regionais em quatro monografias (o Centro-Sul, o Extremo-Sul, o Norte e a Amazônia) que permanece inacabado e disperso.

<sup>3</sup> Vertente da nascente sociologia francesa do final do século XIX que terminou esquecida por ter perdido a “batalha” pela institucionalização da Sociologia para a “escola” de Émile Durkheim.

Andre Bittencourt logra construir uma visão verdadeiramente caleidoscópica do pensamento de Oliveira Vianna, desvendando no pormenor de suas “sequencias” uma série de tensões que contribuem para explicar aqueles impasses e ambiguidades mais amplas a que a crítica vem se dedicando há tempos. Aqui o ponto decisivo, que gostaríamos de explorar. Se devemos destacar a contribuição principal do livro de Andre Bittencourt, essa parece-nos ser a compreensão mais adensada e complexificada da visão de Vianna sobre a *sociedade*. Seja porque o autor costuma ser tomado na chave da tradição de um “pensamento autoritário brasileiro”, seja porque sobressaia sua crítica à importação de instituições e ideias liberais inadequadas à “realidade nacional”, seja pelo seu papel como consultor jurídico do Ministério do Trabalho durante o governo Vargas, muitas vezes costuma parecer suficiente aceitar de bom grado a visão de uma sociedade “amorfa” e insolidária, ou então fazer da defesa dos valores comunitaristas dos “ibéricos” a chave de sua visão societária. Pois bem. Ao percorrer o longo processo de elaboração de seus argumentos, Bittencourt vai nos apresentando um outro Oliveira Vianna, matizando suas visões sobre a relação entre Estado e sociedade, além de desestabilizar as polarizações “iberismo” x “americanismo”.

#### **ECONOMIA – MORAL – ORDEM**

No compasso da entrada do Brasil no “concerto das nações”, do esforço para acertar as contas com a ordem moderna, a interpretação do Brasil de Oliveira Vianna pareceu, em certa medida, depender do seu olhar para o passado rural brasileiro. Cabe aqui tentar reconstituir como Bittencourt vai mapeando as trocas de sinais que marcam a relação ambivalente do autor com a tradição. Para tal, destaquemos alguns prismas que compõem esse caleidoscópio, organizando suas combinações possíveis.

No segundo capítulo, Bittencourt localiza, dentre os diversos textos escritos anteriormente à publicação de *PMB-I*,

uma série de artigos publicados no jornal *A Capital* entre janeiro e fevereiro de 1908, em polêmica com membros do Centro Republicano Conservador. Nesses artigos, respondendo ao programa do Centro que clamava por uma profunda “reforma moral” da sociedade via educação (influenciada pelo positivismo e pelo liberalismo), Oliveira Vianna inicia sua persistente crítica à importação de ideias e instituições inadequadas à realidade brasileira para defender que, na realidade, o verdadeiro problema que afligia a sociedade era econômico, sendo a “crise moral” apenas seu reflexo. Na realidade, os problemas sociais que marcam o início da República e do século XX seriam explicados pela desorganização social decorrente da abolição da escravidão e da proclamação da República. O pauperismo, o abandono da lavoura, o inchaço das cidades e de suas tensões sociais são resultado de um problema econômico e de estrutura social, sobre o qual o Estado deveria intervir através de políticas públicas que prendessem o homem ao solo e corrigissem as discrepâncias decorrentes da concentração fundiária. O problema moral – o parasitismo e a corrupção política – seriam consequências dessa desorganização, somada à influência das tradições “comunárias” ibéricas e da escravidão, ambas afastando o homem do trabalho e da iniciativa individual. Assim, o programa defendido por Vianna, visando a revalorização do trabalho agrícola, passava pelo incentivo ao crédito agrícola, pela reforma agrária (expansão da pequena propriedade) e etc, favorecendo o espírito da livre iniciativa e do trabalho, numa reeducação “anglo-saxã” do brasileiro, futuro *yankee* tropical.

Esse “materialismo” econômico de um Oliveira Vianna “americanista” é, no entanto, tensionado por outro material datado do mesmo ano. Num caderno pautado, escrito à mão também de 1908, Bittencourt flagra, num estilo mais intimista e floreado – bem distinto daquele de *PMB-I* – uma outra leitura do passado, que tensiona a intenção modernizadora dos artigos. No caderno de 1908 que esboçava um livro em preparação –

vale lembrar que PMB-I foi construído ao longo da década de 1910, pronto já em 1918 – Oliveira Vianna parece enquadrar o problema do país do ponto de vista da “ordem”, de modo que o passado rapidamente troca de sinal, passando a uma valorização dos valores tradicionais/comunitários rurais, responsáveis pela unidade política e pela ordem social nos séculos de nossa formação. O antiurbanismo toma aqui uma dimensão mais substantiva, associada à defesa da “vocação rural” do brasileiro, enfileirando uma crítica   civiliza o moderna de “empréstimo” e seus componentes de corrup o, desordem e conflito.   nessa chave que Oliveira Vianna recorre explicitamente a Euclides da Cunha para reconhecer um país fraturado entre litoral e sertão, em que cede a um elogio das tradi oes ainda maior do que estaria disposto o autor de *Os Sertões*. Não   são a visão do passado que muda de sinal, caindo em versão idílica da tradi o, mas também a crítica   “importa o” de institui oes e ideias europeias muda de sentido, não se tratando somente de ajustes não liberais para atingirmos o “moderno”.

Não obstante as mudanças entre os dois textos, outra configura o se anunciaria no livro que seria publicado em 1920. No terceiro capítulo, Bittencourt nos mostra como em *PMB-I*, em que a preocupa o com a ordem se mant m na perspectiva de análise, o papel do latifúndio na simplifica o da estrutura social e na restri o das formas de solidariedade social ao âmbito privado implica diretamente uma “crítica” ao “privatismo” inscrito nas nossas tradi oes clínicas locais. Na realidade,   em *PMB-I* que a questão regional toma forma propriamente, complexificando e amplificando as tensões que acabavam diluídas na oposi o rígida entre litoral e interior, levando a uma “visão mais matizada da realidade brasileira, não apenas porque se revela um país mais diversificado (...), mas porque essa nova perspectiva obriga o autor a rever algumas de suas teses sobre o país” (p.172).

Agora tanto o “sertanejo” (Norte) quanto o “gaúcho” (Sul) aparecem como tipos que manteriam mais viva a herança do regime do pastoreio, com seu nomadismo e anarquia constantes que teriam marcado todo o período de expansão para o interior até o séc. XIX, não constituindo outras formas de solidariedade para além da família patriarcal e do chefe pessoal (caudilhos) cujo poder se reforçava com o predomínio do latifúndio. É só a partir da passagem para a agricultura, com a maior fixação ao solo e a diferenciação social experimentada pela região Centro-Sul ao longo do século XIX, que tem no regime de partilhas a fonte do enfraquecimento do latifúndio, que o cenário de homogeneidade associado ao Brasil “profundo” dos sertões – ora visto com sinal negativo ora com positivo – se desdobra numa diferenciação regional propriamente dita. Em *PMB-I* essa região chega a ser elogiada por ser a grande responsável pela “unidade nacional”. Por outro lado, essa evolução do Centro-Sul não deixa de ser tensionada pelo diagnóstico do insolidarismo dessas populações, diretamente associada à sua crença na ação todo-poderosa do Estado, levando à paralisia estatista. Do ponto de vista da ordem, teriam prestado grande serviço à Nação, na medida em que o controle político não se fragmentava nas disputas caudilhescas que ainda brotavam no interior do país. No sentido político-moral, preservavam aquele insolidarismo característico da formação rural brasileira, justificando a ação corretiva do Estado autoritário.

Essa tensão interna ao diagnóstico da região Centro-Sul, que também se faz presente pelas dissonâncias já percebidas por outros estudiosos entre a primeira parte (que elogia a “aristocracia rural” e os bandeirantes paulistas) e a segunda parte de *PMB-I*, se desdobra surpreendente e decisivamente no quarto capítulo, “São Paulo, nacional por subtração”.

## PRIVATISMO X PARTICULARISMO

Não bastassem as vira-voltas até aqui observadas, em que pontos de vista contrários e mesmo incompatíveis são enfileirados, abandonados e retomados ao longo da obra de Vianna, a reconstituição da recepção e da interlocução entre Oliveira Vianna e um conjunto de intelectuais paulistas da década de 1920, permite a Bittencourt iluminar novos aspectos dessa polêmica<sup>4</sup>. O debate girava em torno da questão da “particularidade (superioridade) dos paulistas”, associada à construção do “bandeirantismo” como mito fundador de uma sociedade que discrepava do decrépito e paquidérmico Brasil Ibérico. Traçando as relações entre Oliveira Vianna, Paulo Prado, Julio de Mesquita Filho dentre outros, Bittencourt mostra como Vianna compartilhou do elogio aos bandeirantes como portadores daqueles valores individualistas, ou melhor, “particularistas”, associados ao senso prático, à livre-iniciativa e empreendedorismo, à autonomia e ao inconformismo em relação ao poder central que comporiam o núcleo das virtudes “anglo-saxãs”. Mais do que isso, em artigos no *Estado de São Paulo* em 1919, Vianna chega mesmo a defender uma reforma moral via educação para as classes médias e superiores, de modo a aproximá-las daquele modelo de “homem moderno” encarnado nas virtudes dos povos “particularistas”, cuja expansão e superioridade por todo globo terrestre seria um fato.

É curioso como essa valorização do bandeirante, do ponto de vista dos valores morais, contrasta suas virtudes “particularistas” com aquele privatismo “estatista” que seria o mal das elites agrárias do Centro-Sul. O insolidarismo criticado parece estar mais próximo do “privatismo” fluminense do que do “particularismo” paulista. Porém, o elogio à herança bandeirante não seria incompatível com aquele diagnóstico, presente também em *PMB-I*, da anarquia generalizada associada ao predomínio do pastoreio e do nomadismo, que aproximava

<sup>4</sup> As posições de Oliveira Vianna sobre São Paulo e sobre o bandeirantismo sofreriam ainda outras inflexões em desdobramentos posteriores do debate entre o autor e intelectuais paulistas, particularmente depois de suas disputas com a FIESP no âmbito do Estado Novo. Ver Brasil Jr. (2007).

o passado paulista do caos dos sertões do Norte? Aqui uma bifurcação nos usos que Oliveira Vianna faz da Escola de Le Play. Por um lado, sua leitura dos bandeirantes aproxima-os dos povos “particularistas” de origem anglo-saxã tal como definidos nos trabalhos de Demolins e Tourville. Por outro, o debate tende para a caracterização de um tipo definido racialmente (o tema das “origens” étnicas/raciais dos paulistas) – e não mais naquela correlação entre “meio” e “regime de trabalho”, que o condenava pelo predomínio do pastoreio – reforçando o projeto de uma arianização da sociedade brasileira como modo de recuperar as virtudes bandeirantes apagadas pelo processo de colonização<sup>5</sup>. De qualquer forma, há uma rotação decisiva aqui: observada a influência da leitura de Demolins e Tourville sobre os povos “particularistas”, o elogio do passado bandeirante, e mesmo do “rural”, pode aparecer não sob a chave de um iberismo comunitarista, mas dos valores individualistas anglo-saxões. Isso talvez explique a entusiasmada recepção da obra de Oliveira Vianna entre os intelectuais paulistas – muitos dos quais estariam diretamente envolvidos na Revolução de 1932 – durante a década de 1920.

Ou seja, evitando resolver a tensão para qualquer um dos lados, Bittencourt mostra como “a questão da adesão de Oliveira Vianna a valores ‘ibéricos’ ou ‘americanistas’ é bastante tensa, não apenas em uma ‘fase primeira’ de seu pensamento, mas também no exato momento em que PMB-I era lançado” (p.155). Se o adjetivo “instrumental” adicionado às leituras assentadas sobre o pensamento de Oliveira Vianna já indicava essa tensão difícil de ser resolvida – “autoritarismo instrumental” (SANTOS, 1978), “iberismo instrumental” (WERNECK VIANNA, 1997) –, o trabalho de Bittencourt traz muitos novos elementos para complexificar ainda mais essas definições. Ainda que o autor não desenvolva muito um debate direto com a bibliografia secundária, ficam sugeridos novos caminhos de investigação, além de sobressaírem aspectos ainda pouco discutidos (a ligação

<sup>5</sup> Andre Bittencourt localiza aqui uma das passagens que vão elevando o teor racialista das visões de Oliveira Vianna sobre a sociedade brasileira, tal como elas se configuram na passagem da década de 1920-30. Que o debate sobre o “bandeirantismo”, no qual pesa a valorização “americanista” das virtudes anglo-saxãs, se desdobre em projetos de eugenia, aponta para a face sombria que toma a chegada do “moderno” nessas paragens...

de Vianna com os intelectuais da “comunhão paulista”, por exemplo) que apontam como as tensões do pensamento de um autor podem apontar para características mais amplas do processo social em curso. Sobretudo no caso brasileiro, em que a articulação entre modernização “pelo alto”, conferindo peso e oportunidades para os intelectuais envolvidos com o Estado-nação (“*statemakers*”), e o andamento zigzagueante de nossa “revolução burguesa” fazem com que apareçam frequentemente de braços dados opostos até ontem julgados incompatíveis. Nessa dificuldade de síntese não estaríamos distantes daquilo que Bernardo Ricupero, parafraseando Rodrigo Naves, chamou de “conservadorismo difícil” (RICUPERO, 2010).

De modo geral, portanto, essa via de exploração mais sociológica da obra de Vianna, que vem sendo realizada em diferentes direções por um conjunto de trabalhos recentes (BOTELHO, 2007; BOTELHO & BRASIL JR., 2010; BRASIL JR. 2007; BRASIL JR. & VEIGA JÚNIOR, 2009), vai construindo nova inteligibilidade para diversos temas de sua obra. Privilegiando o debate com autores como Euclides da Cunha e Paulo Prado, recuperando a relação com a Escola de Le Play, examinando com minúcias de detetive os primeiros textos de um ainda desconhecido Oliveira Vianna, o livro de Andre Bittencourt dá um passo à frente na reconstituição da visão societária de Oliveira Vianna, ponto importante não só para matizar, mas também para associar sua “saída autoritária” aos modos de intelecção do *social* de sua época, da qual nos fornece uma “janela” privilegiada.

#### BIBLIOGRAFIA

- BOTELHO, A. Seqüências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v.50, n.1, 2007, p.49-82.
- BOTELHO, A. & BRASIL JR., A. Próximo distante: rural e urbano em Populações meridionais e Raízes do Brasil. In: BOTELHO, A.

& FERREIRA, G. N. (Org.). *Revisão do pensamento conservador. Ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.233-272.

BRASIL JR., A. Uma sociologia brasileira da ação coletiva: o debate entre Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho. 2007. Dissertação (Mestrado) – PPGSA/ IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL JR., A. & VEIGA JÚNIOR. Insolidarismo e autoritarismo em Oliveira Vianna: uma reinterpretação. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociologia: consensos e controvérsias*. 2009.

CARVALHO, J. M. As duas cabeças de Oliveira Vianna. In: AXT, G. & SCHÜLER, F. (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

RICUPERO, B. O conservadorismo difícil. In: BOTELHO, A. & FERREIRA, G. N. (Org.). *Revisão do pensamento conservador. Ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.76-94.

SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

WERNECK VIANNA, L. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

---

PEDRO CAZES – Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, campus Engenho Novo II. pedrocazes@yahoo.com.br